

Bloco vota contra proposta do Governo e trava medida que iria provocar retrocesso no bem-estar animal nos Açores

O Bloco de Esquerda congratula-se pelo facto de o parlamento ter rejeitado hoje uma proposta do Governo Regional que pretendia, “de forma subtil”, regredir em matéria de bem-estar animal, criando mais exceções para permitir o abate de animais. Alexandra Manes considera que a rejeição da proposta do Governo é uma vitória de todas as pessoas que se manifestaram contra estas medidas e salienta que quem fica a ganhar são os animais.

A proposta do Governo não só pretendia criar mais exceções para permitir o controlo de animais através do abate, como também reduzia a capacidade de fiscalização do cumprimento dos princípios de bem-estar animal pelas associações de proteção dos animais e por parte dos cidadãos.

Alexandra Manes saudou todas as pessoas que tomaram a iniciativa de tentar evitar a aprovação desta proposta do governo desde o início: “Recordo aqui as petições, a carta aberta, as manifestações que levaram à saída de centenas de pessoas para se manifestarem contra. Nada disso passou despercebido! A nossa comunidade está atenta!”.

O Bloco tinha preparado várias propostas de alteração à proposta do Governo, mas felizmente houve uma maioria no parlamento para a travar por completo.

A deputada Alexandra Manes considera, no entanto, que ainda há um caminho a fazer para garantir o bem-estar animal nos Açores.

O Bloco de Esquerda defende, por exemplo, um programa de esterilização permanente, concertado com as associações de defesa e bem-estar animal, com juntas de freguesia e municípios, acessível a todas as famílias, independentemente da sua condição económica, defende a criação de programas de captura, esterilização e devolução (CED) de gatos silvestres, e mais apoios para as associações da causa animal.

No debate, Alexandra Manes recordou ainda o papel do Bloco de Esquerda ao longo de muitos anos na luta pela introdução na legislação do abate zero nos Açores, que só foi alcançado o ano passado, 5 anos depois de estar em vigor no resto do país.

Horta, 8 de setembro de 2022
